

A Prática da Psicologia em Emergências e Desastres: Perspectivas Sociais e Preventivas

Angela Elizabeth Lapa Coêlho
Centro Universitário de João Pessoa - UNIPÊ

Segundo Wilches-Chaux (1993), devemos despojar os desastres de sua qualidade de naturais e considerá-los eventos eminentemente humanos e sociais. Manter a qualidade de naturais gera a sensação de que o mundo é desta forma e nada pode ser feito. Nessa perspectiva, a Psicologia tem papel fundamental nas quatro fases preconizadas pela Defesa Civil Brasileira: prevenção, preparação, resposta e reconstrução. A participação de psicólogos em contextos de emergências e desastres já é uma realidade em muitos países do mundo, e mais especificamente em países latino-americanos. Na construção da prática do psicólogo, precisa ser enfatizada a perspectiva de que a cultura da prevenção seja instalada como uma premissa para a atuação dos psicólogos e dos demais atores envolvidos nessa importante tarefa de construir comunidades mais seguras.

O significado de todo evento é uma interação complexa entre o evento, o passado e o presente da pessoa bem como o seu contexto social. O significado do evento para as pessoas afetadas determina não somente como a situação é vivenciada inicialmente, mas também a maneira em que a recuperação ocorre e a vida será restabelecida. Conseqüentemente, o significado do contexto não está somente no contexto em si, nem nas pessoas, mas também na interação entre as pessoas e o evento. As emergências e os desastres são definidos apenas em parte pelo tempo real e pelo espaço geográfico. Embora essas informações ajudem a determinar as características de um determinado evento ou processo, o significado do evento origina-se, na maior parte, dos aspectos mais indiretos do ambiente em que o evento ocorre. A distribuição geográfica dos desastres entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento merece consideração especial. Berz (1989) relatou que dos 109 piores desastres naturais que ocorreram entre 1960 – 1987; 41 desastres aconteceram nos países em desenvolvimento. Entretanto, quando o número de

mortos é considerado, nos países em desenvolvimento este número chega a 750.850 mortos, em contraste com os 11.410 nos países desenvolvidos.

Segundo Aptekar (1994), os desastres naturais têm feito parte da história da humanidade. Sua ocorrência mudou pouco nos últimos 100 anos, mas o que mudou realmente é a capacidade das sociedades em lidar com tais eventos. Entretanto, no mundo moderno, há um paradoxo entre o desenvolvimento tecnológico nas ciências, que contribui para uma vida mais segura e mais saudável, e a incidência de extremos da natureza (por exemplo, terremotos, secas). O paradoxo torna-se mais complicado porque a aplicação dos avanços tecnológicos tem também alguns componentes de risco que são resultados da execução inadequada e/ou falhas das novas tecnologias. Atualmente, as comunidades estão em risco não somente por causa dos eventos geofísicos, mas também por causa das explosões industriais, da liberação de substâncias tóxicas e dos acidentes no transporte de produtos químicos (Smith, 1992).

As emergências e os desastres são fenômenos complexos e multidimensionais que causam morte, sofrimento e perdas econômicas (Weisaeth, 1993). Korver (1987) encontrou mais de 40 definições científicas dos desastres, refletindo a variedade das disciplinas que os analisam, entre elas Psicologia, Medicina, Sociologia, Ciências Políticas, Engenharia e Economia. A maioria das definições enfatiza a destruição severa que excede a capacidade da comunidade afetada recuperar-se (World Health Organization - WHO, 1992). Os desastres, suas causas e suas conseqüências estão também relacionados aos processos e às estruturas sociais (Tierney, 1989). O grau de desorganização social que ocorre depois dos desastres está intrinsecamente relacionado às estratégias pré-desastre da comunidade. Em países desenvolvidos, os sistemas para a detecção primária do evento, bem como as estratégias de gerenciamento pré e pós-desastre têm consideravelmente reduzido os danos físicos, e aumentado às chances que os sobreviventes terão de se recuperar e reconstruir suas comunidades (Kroll-Smith & Couch, 1993). O comportamento humano e os processos sociais afetam e são afetados por todos os estágios dos desastres, desde o período pré-desastre ao impacto e aos estágios da recuperação (Tierney, 1989). Conseqüentemente, a capacidade do ajuste e os recursos psicológicos, sociais e físicos da

comunidade são elementos essenciais para definir quando um evento destrutivo poderá conduzir aos desastres. Por exemplo, os terremotos de magnitudes similares não são igualmente destrutivos em todas as partes do mundo. Algumas sociedades desenvolveram tecnologias para diminuir os efeitos dos terremotos, como a construção de edifícios mais resistentes e o desenvolvimento de planos de emergência mais eficazes. Muitas mudanças sociais, econômicas e culturais influenciaram as estratégias de prevenção e de mitigação dos desastres nos últimos anos. Essas mudanças foram influenciadas pela abordagem de que os riscos são interfaces entre os processos naturais do ambiente e as populações que vivem nesses lugares (Smith, 1992).

Hewitt (1997) oferece uma perspectiva humana ecológica dos desastres, com ênfase na distribuição das vulnerabilidades humanas, de condições de intervenção e de respostas ao evento. O autor sugere que em vez de ser uma exceção, os desastres ocorrem em situações normais da vida diária. O que é essencial à avaliação, é considerar as vulnerabilidades das pessoas e o risco com o qual elas têm que lidar como parte de sua vida diária, em vez de apenas enfatizar, o agente físico, que causou o desastre. Alexander (1997) sugere que o risco e a vulnerabilidade são as duas faces de uma mesma moeda. O risco pode ser considerado o produto do perigo (evento físico e seu impacto) em conjunto com a vulnerabilidade (exposição ao perigo ou à perda).

Geralmente, as intervenções psicológicas adotadas para a assistência as pessoas, têm focado a fase da resposta, contemplando uma visão, muitas vezes, meramente diagnóstica. Pouca atenção tem sido dada a prevenção e a preparação. Na perspectiva da prevenção e da preparação, a percepção de risco foi identificada como uma variável importante que relaciona as circunstâncias da situação das emergências e dos desastres com as respostas psicológicas a curto e a longo prazo. Lewis (1990) afirma que o que nós fazemos para diminuir o risco depende do que nós pensamos que é ameaçador, e se nós pensamos que o risco pode ser reduzido. Devido a este fato, algumas perguntas podem ser feitas: Como as pessoas reconhecem o risco? Qual o critério adotado para determinar se o risco é aceitável? Por que nós temos receio com relação a determinados eventos e ignoramos outros? A avaliação do risco não pode estar dissociada das crenças, valores,

juizamentos, questões sociais e econômicas. Levando-se em consideraçaõ os aspectos discutidos, enfatizamos que a prática do psicólogo em situações de emergências e desastres deve ser norteada por uma perspectiva social e preventiva da Psicologia. Essa prática poderá dar subsídios para a construção de novos modelos teóricos de atenção a saúde e de participação social, promovendo uma articulação das instituições de ensino, usuários e serviços.

Referências

- Alexander, D. (1991). Natural disasters: A framework for research and teaching. *Disasters*, 15, 209-226.
- Aptekar, L. (1994). *Environmental disasters in global perspective*. Toronto: Maxwell Macmillan Canada.
- Berz, G. (1989). "List of major natural disasters, 1960-1987." *Earthquakes & Volcanoes*, 20, 226-228.
- Hewitt, K. (1997). *Regions of risk: A geographical introduction to disasters*. London: Longman.
- Korver, A. J. H. (1987). "What is a disaster?" *Prehospital and Disaster Medicine*, 2, 152-153.
- Kroll-Smith, J. S., & Couch, S. R. (1993). Technological hazards: Social responses as traumatic stressors. In J. P. Wilson & B. Raphael (Eds.), *International handbook of traumatic stress syndromes* (pp. 79-91). New York: Plenum Press.
- Lewis, H. W. (1990). *Technological risk*. New York: W. W. Norton & Company.
- Smith, K. (1992). *Environmental hazards: Assessing risk and reducing disaster*. New York: Routledge.
- Tierney, K. (1989). The social and community contexts of disaster. In R. Gist & B. Lubin (Eds.), *Psychosocial aspects of disaster* (pp. 11-39). New York: John Wiley & Sons.

Weisaeth, L. (1993). Disasters: Psychological and psychiatric aspects. In L. Goldberger & S. Breznitz (Eds.), *Handbook of stress: Theoretical and clinical aspects* (pp. 591-616). New York: Free Press.

World Health Organization (WHO). (1992). *Psychosocial consequences of disasters: Prevention and management*. Division of Mental Health, Geneva.